



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 126/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
- Lei Federal nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional para estudantes do ensino médio público, com o objetivo de promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes de baixa renda.
- Lei Federal nº 14.914, de 4 de julho de 2024, que dispõe sobre a concessão de bolsa permanência para estudantes de baixa renda no ensino superior, com prioridade para grupos em situação de vulnerabilidade social.
- Lei Complementar Federal nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social na área da educação e estabelece critérios para concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda.
- Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 187/2021, dispondo sobre a concessão de bolsas de estudo e benefícios educacionais por entidades beneficentes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Estadual nº16.789, de 05 de julho de 2018 , que dispõe sobre a criação de Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência;
 - Lei Estadual nº 17.149, de 13 de setembro de 2019, que institui programa de transferência de renda e inclusão social no Estado de São Paulo, contemplando ações de apoio educacional a famílias de baixa renda.
 - Decreto nº 65.812, de 23 de junho de 2021, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, estabelecendo auxílio financeiro a cidadãos em situação de vulnerabilidade, incluindo ações voltadas à permanência escolar.
 - Decreto Estadual nº 65.812, de 2021 (Programa Ação Estudantes), que institui auxílio financeiro a estudantes da rede pública estadual em situação de vulnerabilidade social, condicionado à frequência escolar.
 - Lei Orgânica do Município de São Paulo;
 - Lei Municipal nº 8.544, de 23/03/1977, que autoriza celebração de convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIE-E, e dá outras providências.
 - Lei Municipal nº 7.132, de 25/04/1968, que dispõe sobre concessão de bolsas de estudo, e dá outras providências.
 - Lei Municipal nº 9.454, de 15/04/1982, que autoriza o Executivo a celebrar convenio com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, e dá outras providências.- Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação.
 - Lei Municipal nº 11.946, de 04 de dezembro de 1995, que disciplina o acesso da população a informações, documentos, listagens, registros e processos administrativos;
 - Lei Municipal nº 13.244, de 21/12/2001, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a educação - "Bolsa Escola", criado pela Lei Federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001.
 - Lei Municipal nº 13.284, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe o exercício da fiscalização dos órgãos públicos municipais por entidades da sociedade civil, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.697, de 22 de dezembro de 2003, que institui o Programa Renda Mínima no Município de São Paulo, condicionado à matrícula e frequência escolar de dependentes em idade escolar.
- Lei Municipal nº 14.127, de 05/01/2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na rede municipal de ensino público, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.134, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a criação de Comissão de Mediação de Conflitos – CMC nas escolas da rede municipal de ensino da Cidade de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.213, de 17 de junho de 2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola - CRECE, inclui o inciso XIV no art. 118 da Lei nº 14.660/07, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.273, de 17 de setembro de 2015, que institui política municipal de transferência de renda no Município de São Paulo, vinculando o recebimento do benefício à frequência escolar de crianças e adolescentes.
- Decreto Municipal nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, que regulamenta programas de transferência de renda no Município de São Paulo, incluindo condicionalidades relacionadas à educação.
- Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo na elaboração das Políticas Públicas da Primeira Infância e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, que adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 17.574, de 12/07/2021, que institui o Programa de cuidados com as estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.564, de 08 de junho de 2021, que institui a Política Municipal de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar.
- Lei Municipal nº 17.923, de 10/04/2023, que institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 18.066, de 28/12/2023, que altera o art. 16 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003; inclui o § 4º no art. 1º da Lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019; autoriza a instituição do Programa UNISAMPA, voltado à concessão de bolsas de estudo em curso superior para estudantes de baixa renda, conforme especifica, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 63.104, de 28 de dezembro de 2023, que institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Programa Estudante Presente Transforma Futuros, destinado à prevenção e ao enfrentamento da exclusão, do abandono e da evasão escolar no Município de São Paulo.

- PL 127/2026

Institui o Programa Municipal de Incentivo à Permanência Escolar e Combate à Evasão, Bolsa Equidade Jovem, no Município de São Paulo.

- PL 1548/2025

Dispõe sobre a instituição, no âmbito do município de São Paulo, do Programa Municipal de Incentivo à Permanência dos Estudantes na Educação de Jovens e Adultos EJA da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- PL 1517/2025

Dispõe sobre a concessão de descontos em impostos municipais a estabelecimentos de ensino de idiomas da cidade de São Paulo.

- PL 1416/2025

Institui o “Programa Libras para Todos” nas unidades da rede pública municipal de ensino de São Paulo para estudantes matriculados no Programa São Paulo Integral.

- PL 1418/2025

Institui o Programa Municipal de Combate ao Analfabetismo Funcional no Município de São Paulo.

- PL 1415/2025

Institui o Programa “Língua que Acolhe”, voltado à alfabetização e à inclusão linguística de estudantes estrangeiros matriculados na rede pública municipal de ensino de São Paulo.

- PL 1413/2025

Dispõe sobre a implementação do Programa “Horta Escolar Prática” nas unidades escolares da rede pública municipal de São Paulo e o inclui como componente curricular prioritário para estudantes do 8º e 9º anos, com foco em regiões periféricas.

- PL 1548/2025

Dispõe sobre a instituição, no âmbito do município de São Paulo, do Programa Municipal de Incentivo à Permanência dos Estudantes na Educação de Jovens e Adultos EJA da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- PL 1183/2025

Institui o Programa “Escola no Rolê”, destinado a incentivar a realização de atividades pedagógicas, culturais, esportivas e socioeducativas externas pelas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

- PL 1171/2025



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Institui o Marco Municipal de Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 1133/2025

Dispõe sobre o direito de prioridade na matrícula de dependentes legais dos servidores públicos da educação básica municipal na unidade escolar onde estejam lotados ou exerçam suas atividades funcionais e dá outras providências.

- PL 1055/2025

Cria o Programa Municipal 'Sonho Grande', com a finalidade de reconhecer, incentivar e premiar os alunos de destaque da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

- PL 1091/2025

Cria o Programa Municipal 'Sonho Grande', com a finalidade de reconhecer, incentivar e premiar os alunos de destaque da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

- PL 987/2025

Institui o Programa Municipal Jovem Cientista, destinado a fomentar talentos em ciência, tecnologia e inovação no âmbito do Município, com prioridade para estudantes da rede pública em situação de vulnerabilidade social, e dá outras providências.

- PL 986/2025

Institui o Programa Municipal de Apoio Psicológico e Jurídico a Profissionais da Educação e Jovens Alunos vítimas de violência escolar, estabelece protocolos de acolhimento rápido e dá outras providências.

- PL 965/2025

Institui o Programa Laudelina de Campos Melo de Auxílio Financeiro às trabalhadoras domésticas e de cuidados, com o objetivo de garantir o direito à educação e promover a elevação da escolaridade através do incentivo ao acesso e permanência em instituições de ensino.

- PL 542/2025

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a "Semana Municipal de Combate ao Abandono Escolar na Adolescência".

- PL 494/2025

Dispõe sobre a instituição da ação cultural O Jovem Pensador nas instituições de ensino públicas e privadas de Ensino Fundamental e Ensino Médio no Município de São Paulo, dando ainda outras providências.

- PL 495/2025

Dispõe sobre política permanente de educação bilíngue para surdos por meio de garantia de manutenção das escolas bilíngues para estudantes surdos matriculados nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo visando zerar a evasão nessas unidades escolares, dando ainda outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 130/2025

Dispõe sobre a isenção de pagamentos aos estudantes bolsista de instituições de ensino privado no serviço de Transporte Coletivo de Passageiros na Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- PL 489/2025

Dispõe sobre o abono de faltas escolares durante o período menstrual para estudantes autistas na rede pública municipal de São Paulo.

- PL 206/2025

Institui a obrigatoriedade da instalação de sistemas de climatização, incluindo aparelhos de ar condicionado, nas salas de aula das escolas públicas municipais, e dá outras providências.

- PL 45/2025

Reserva às pessoas trans e travestis 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nos cursos e programas oferecidos pelos Polos de Apoio Presencial e pela Universidade nos Centros Educacionais Unificados - UniCEU do município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 583/2024

Cria o Programa Municipal de Fomento à Educação Popular no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 310/2024

Veda o uso de inteligência artificial como parâmetro de referência e de métrica para o desenvolvimento de material pedagógico, bem como ferramenta de avaliação de desempenho escolar, a ser utilizado pela rede pública de ensino do Município de São Paulo, e dá outras providências correlatas.

- PL 229/2024

Institui rede de apoio para estudantes mães na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas da Rede Pública de Ensino do Município de São Paulo.

- PL 708/2023

Cria a o Programa Municipal de Assistência Estudantil - PMAES, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, tem como finalidade ampliar as condições de permanência de crianças e jovens na Educação Básica no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 591/2023

Institui a Política Municipal de Atenção Integral à Orfandade do município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 674/2022

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Bolsa Auxílio Permanência para estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA da rede municipal de ensino.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 14 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068